

ANEXO III
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, art. 4º, § 2º, I)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2017

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal até o 3º quadrimestre de 2017, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o orçamento Fiscal e da Seguridade Social no mesmo exercício, em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 . Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF. Os números aqui apresentados, pela relevância e de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nº 22, de 31 de janeiro de 2018 e nº 21, de 30 de janeiro de 2018, respectivamente, de acordo com o estabelecido no caput do art. 52 e § 2º do art. 55 da LRF.

Os dados ora apresentados são exclusivamente do Poder Executivo e excluem os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal . FCDF transferidos para as áreas de saúde, educação e aos órgãos de segurança, por não transitarem pelo orçamento fiscal e de seguridade social do Distrito Federal.

2 RECEITAS

As Receitas realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2017, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 21,7 bilhões, representando uma variação nominal negativa de 17,34% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 78,10% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2017. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 14,8 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir.

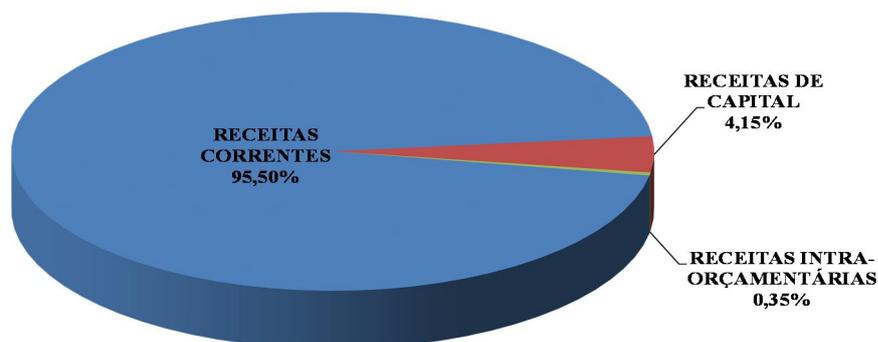
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO 2017	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2017	REALIZADO (%)	2016	VARIÇÃO NOMINAL 2017/2016 (%)	
RECEITAS CORRENTES	22.554.168	20.754.597	92,02	25.683.444	(19,19)	
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	15.892.439	14.779.734	93,00	14.355.151	2,96	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.643.807	1.496.627	91,05	1.674.441	(10,62)	
RECEITA PATRIMONIAL	934.472	747.002	79,94	788.956	(5,32)	
RECEITA A GROPECUÁRIA	11	6	59,27	10	(38,93)	
RECEITA INDUSTRIAL	2.335	3.421	146,51	2.109	62,18	
RECEITA DE SERVIÇOS	536.786	525.205	97,84	479.657	9,50	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.201.668	1.988.561	90,32	7.295.351	(72,74)	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.342.651	1.214.936	90,49	1.088.758	11,59	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-893.16	-	-987,83	(9,58)	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.202.364	901.777	28,16	577.075	56,27	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.752.518	517.215	29,51	100.106	416,67	
ALIENAÇÃO DE BENS	369.147	29.765	8,06	14.732	102,04	
AMORTIZAÇÕES	210.048	14.047	6,69	140.353	(89,99)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	540.782	73.905	13,67	149.352	(50,52)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	329.870	266.845	80,89	172.532	54,66	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.069.273	75.650	3,66	32.866	130,18	
TOTAL	27.825.805	21.732.025	78,10	26.293.386	(17,35)	

FONTE: SIAC/SIGGo

A significativa variação negativa de 17,35% na realização das receitas de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 deve-se ao fato das receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal . FCDF, destinadas ao pagamento das áreas de saúde e de educação, terem saído do orçamento de 2017 do Distrito Federal e retornado seu registro no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI da União. Nos exercícios de 2015 e 2016 os valores foram contabilizados no orçamento do Governo do Distrito Federal.

Em 2016, verifica-se registrado no SIGGo o montante de R\$ 5,3 bilhões referente às receitas de transferências da União ao FCDF, destinado às áreas de saúde e educação. Este montante, quando subtraído das receitas de 2016 para efeito comparativo ao registrado em 2017, em função da execução ter voltado a ocorrer no SIAFI, reflete a variação positiva de 3,42% nas receitas totais de 2017 em relação a 2016.

O gráfico a seguir demonstra a participação percentual das receitas realizadas no ano de 2017, por categoria econômica.



2.1 Receitas Correntes

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras.

Foram realizados, nesta categoria, R\$ 20,7 bilhões, representando 92,02% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal negativa de 19,19% em relação ao mesmo período do ano anterior. A mudança na forma de ingressar os recursos do FCDF, explicada no tópico anterior, impactou significativamente essa categoria de receitas.

2.1.1 Receitas Tributárias

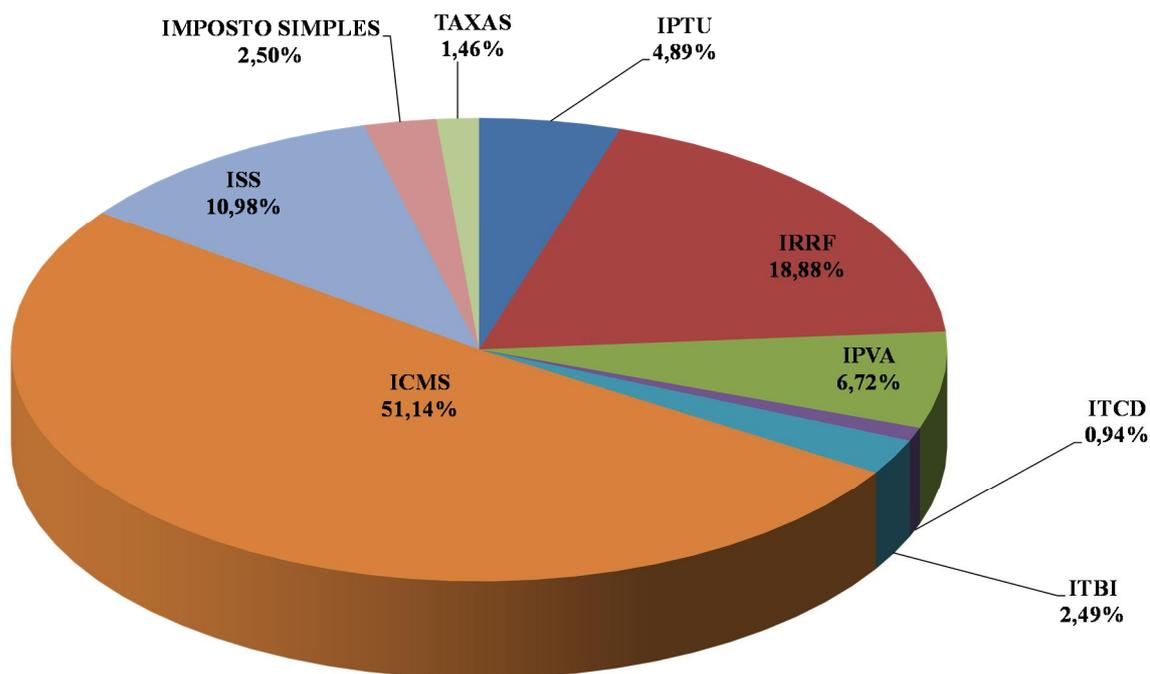
As receitas tributárias, principal item das receitas correntes, totalizaram R\$ 14,8 bilhões, com um aumento nominal de 2,96% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

RECETA TRIBUTÁRIA						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO 2017	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2017	REALIZADO (%)	2016	VARIAÇÃO NOMINAL 2017/2016 (%)	
RECETA TRIBUTÁRIA	15.892.439	14.779.734	93,00	14.355.151	2,96	
IPTU	807.174	722.356	89,49	704.910	2,47	
IRRF	3.276.647	2.790.542	85,16	2.858.091	(2,36)	
IPVA	924.488	993.058	107,42	918.686	8,10	
ITCD	107.499	138.874	129,19	109.201	27,17	
ITBI	375.885	368.597	98,06	322.855	14,17	
ICMS	8.166.878	7.557.719	92,54	7.375.552	2,47	
ISS	1.593.576	1.623.387	101,87	1.503.033	8,01	
IMPOSTO SIMPLES	411.647	369.303	89,71	347.899	6,15	
TAXAS	228.645	215.900	94,43	214.923	0,45	

FONTE: SIAC/SIGGo

Dentre as receitas dos impostos, o ICMS, principal tributo distrital, que equivale a 51,14% da receita tributária realizada, apresentou arrecadação de R\$ 7,6 bilhões, com uma realização de 92,54% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 2,47% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das receitas dos impostos realizadas no ano de 2017.



O Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF apresentou um decréscimo de 2,36% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 2,8 bilhões em 2017. As razões que levaram à variação negativa nominal dessas receitas, estão associadas a sua forma de contabilização. Parte destas receitas, decorrentes da folha de pessoal competência dezembro de 2017, foi registrada em janeiro de 2018. Desta forma, do ponto de vista financeiro, e desconsiderando o registro parcelado, as receitas do imposto de renda se mantiveram nos mesmos níveis do ano anterior.

O IPVA alcançou um montante de R\$ 993 milhões, superior em 8,10% em relação ao valor realizado no mesmo período do ano de 2016. A participação do IPVA no total das receitas dos impostos realizadas em 2017 foi de 6,72%, tendo sido realizado 107,42% do previsto para ano.

Com relação ao ITCD, a realização somou R\$ 138,9 milhões, representando um acréscimo de 27,17% em relação a 2016, com uma realização de 129,19% do valor previsto.

O ISS apresentou uma variação nominal positiva de 8,01% se comparado com o realizado no mesmo período anterior, sendo arrecadados R\$ 1,6 bilhão, com uma realização de 101,87% da receita prevista para o exercício.

2.1.2 Transferências Correntes

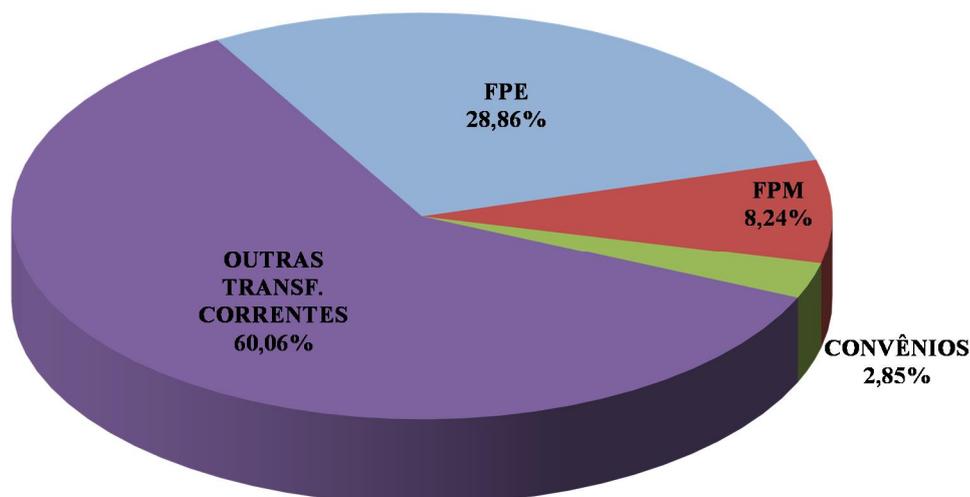
As Transferências Correntes representaram 9,58% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando, no 3º Quadrimestre do exercício de 2017, R\$ 2,0 bilhões, já deduzidas as receitas para formação do FUNDEB (R\$ 1,92 bilhão).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO 2017	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2017	REALIZADO (%)	2016	VARIAÇÃO NOMINAL 2017/2016 (%)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.185.804	1.988.561	90,98	2.017.143	(1,42)	
FPE	575.917	573.840	99,64	599.740	(4,32)	
FPM	259.353	163.816	63,16	166.349	(1,52)	
CONVÊNIOS	143.089	56.659	39,60	52.153	8,64	
OUTRAS TRANSF. CORRENTES	1.207.444	1.194.246	98,91	1.198.900	(0,39)	
DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.035.415	1.992.405	97,89	1.913.315	4,13	

FONTE: SIAC/SIGGO

Outro item significativo foi o Fundo de Participação dos Estados - FPE que contribuiu com 28,86% do total realizado das transferências correntes.

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das transferências correntes realizadas no ano de 2017:



2.2 Receitas de Capital

As receitas de capital atingiram o valor de R\$ 901,7 milhões e contemplaram os ingressos referentes às operações de crédito - R\$ 517,2 milhões, alienação de bens - R\$ 29,7 milhão, amortizações de empréstimos - R\$ 14,0 milhões, transferências de capital - R\$ 73,9 milhões e outras receitas de capital - R\$ 266,8 milhões. A tabela abaixo demonstra a variação nominal das receitas de capital em relação ao ano anterior:

RECEITAS DE CAPITAL						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO 2017	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2017	REALIZADO (%)	2016	VARIAÇÃO NOMINAL 2017/2016 (%)	
RECEITAS DE CAPITAL	3.202.364	901.777	28,16	577.075	56,27	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.752.518	517.215	29,51	100.106	416,67	
<i>INTERNAS</i>	1.582.488	493.256	31,17	80.902	509,70	
<i>EXTERNAS</i>	170.030	23.959	14,09	19.204	24,76	
ALIENAÇÃO DE BENS	369.147	29.765	8,06	14.732	102,04	
AMORTIZAÇÕES	210.048	14.047	6,69	140.353	(89,99)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	540.782	73.905	13,67	149.352	(50,52)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	329.870	266.845	80,89	172.532	54,66	

FONTE: SIAC/SIGGO

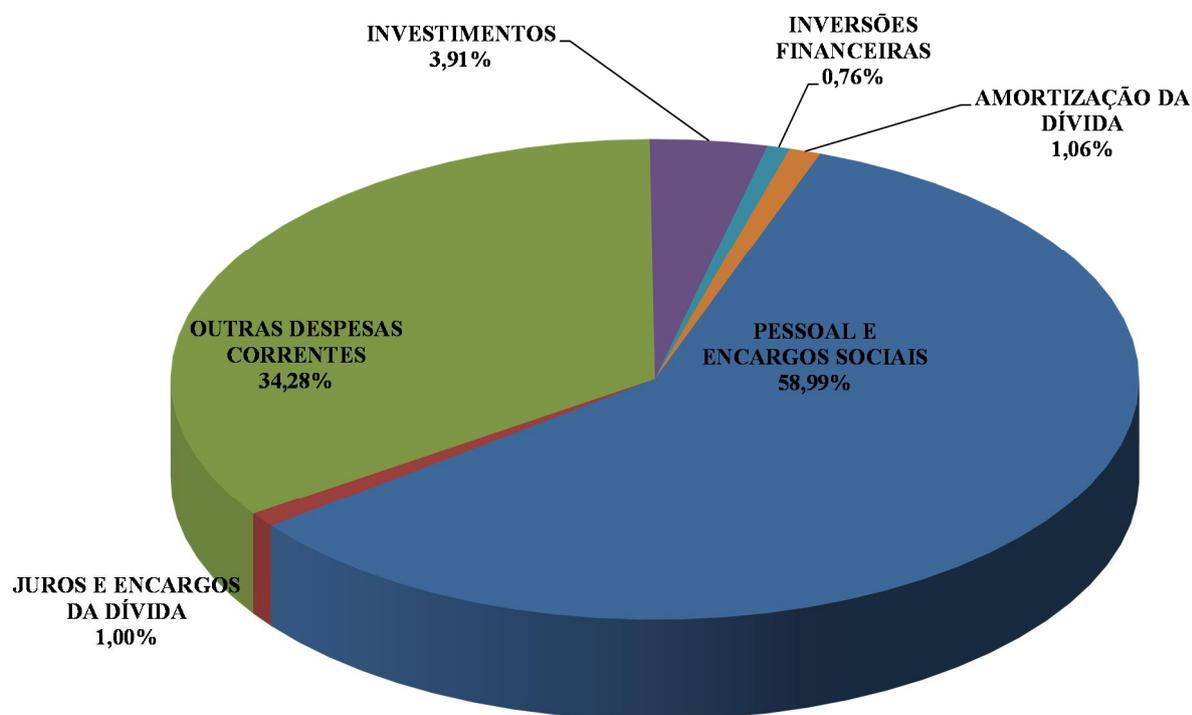
3 DESPESAS

As despesas empenhadas no 3º quadrimestre de 2017 totalizaram R\$ 22,0 bilhões, correspondendo a 74,57% da dotação autorizada para o exercício. Observa-se um decréscimo da despesa total empenhada em 16,76%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa variação negativa foi impactada pela retirada de R\$ 5,3 bilhões dos recursos da saúde e educação do orçamento distrital originários do FCDF e executados no SIAFI, conforme relatado anteriormente no item %~~Receitas~~+.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA 2017	DESPESA EMPENHADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2017	2016	VARIAÇÃO 2017/2016 (%)	
DESPESAS CORRENTES	24.417.756	20.730.468	25.426.328	(18,47)	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.513.776	12.972.972	17.910.687	(27,57)	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	228.213	219.290	197.128	11,24	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.675.767	7.538.206	7.318.513	3,00	
DESPESAS DE CAPITAL	4.282.399	1.259.997	991.048	27,14	
INVESTIMENTOS	3.370.540	860.359	684.712	25,65	
INVERSÕES FINANCEIRAS	591.710	166.485	82.072	102,85	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	320.149	233.153	224.264	3,96	
RESERVA DE CONTINGENCIA	789.447	-	-	-	
TOTAL	29.489.602	21.990.465	26.417.376	(16,76)	

FONTE: SIAC/SIGGO

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 58,99% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 34,28%, Investimentos e Inversões Financeiras com 4,67% e Serviço da Dívida com 2,06%, conforme evidenciado no gráfico a seguir.



As despesas correntes, categoria econômica que contém o registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental, totalizaram R\$ 20,7 bilhões, representando uma realização de 84,90% do valor fixado para o ano. Nessa categoria, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 12,9 bilhões, correspondendo a 83,62% da previsão anual. Os Juros e Encargos da Dívida somaram R\$ 219,2 milhões, correspondendo a 96,09% da previsão anual.

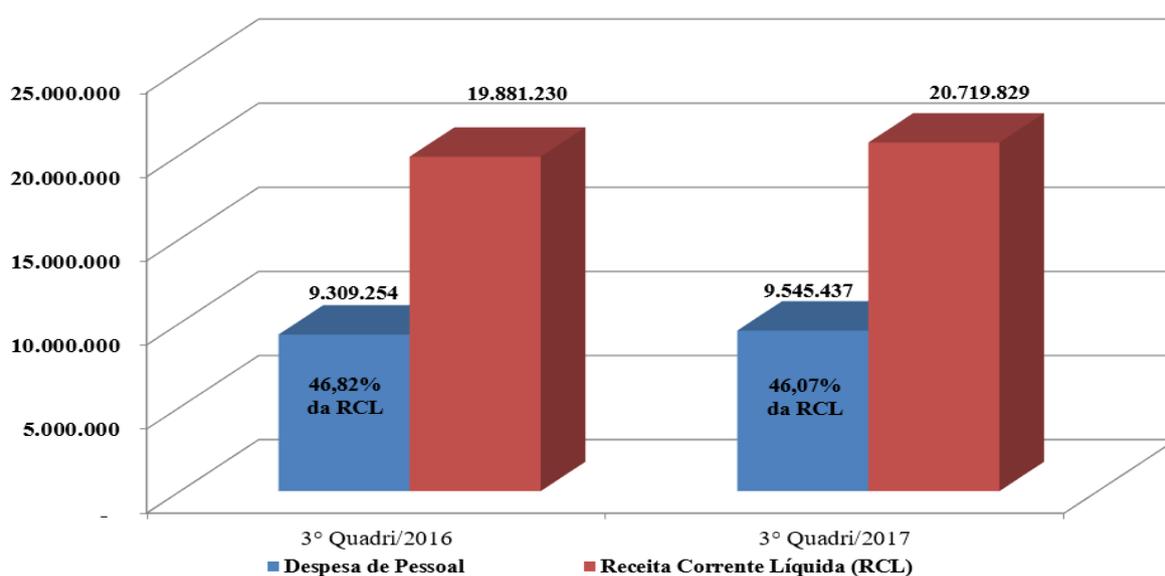
As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado, totalizaram R\$ 7,5 bilhões, correspondentes a 86,89% do valor fixado para o ano e apresentando um aumento de 3,0% em relação ao mesmo período de 2016.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 1,3 bilhão. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 860 milhões, seguidos da Amortização da Dívida com valor de R\$ 233,1 milhões e de inversões financeiras com R\$ 166,5 milhões.

DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, do Poder Executivo, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, alcançando 46,07% da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 20,7 bilhões.

O gráfico a seguir compara o índice da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2017.



5 DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino as relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção do ensino, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Até o terceiro quadrimestre de 2017, as despesas empenhadas com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$ 4,2 bilhões, o que representa 26,84% da Receita Líquida de impostos e transferências, ficando esse indicador acima do limite mínimo constitucional de 25%, demonstrando o compromisso deste Governo com a melhoria dos indicadores educacionais no DF, conforme demonstrado no quadro abaixo:

APURAÇÃO DO LIMITE DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
			Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2016	2017	LIMITE MÍNIMO
TOTAL DA RECEITA COMPATÍVEL EM MDE	15.369.911	15.790.866	25%
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE	3.842.478	3.947.716	
DESPESAS REALIZADA EM MDE	4.184.172	4.238.099	
% APLICADO NO MDE	27,22%	26,84%	

FONTE: SIAC/SIGGo

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação . FUNDEB, em 2017 foram realizadas despesas no montante de R\$ 77,8 milhões acima do limite mínimo de aplicação de R\$ 1,9 bilhão. Foi atendido também o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual de 99,15%, superior ao limite mínimo estabelecido, de acordo com o quadro a seguir:

LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB		
		Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO	
	2016	2017
RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	1.891.859	1.947.990
DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.909.225	2.025.838
RESULTADO APURADO NO FUNDEB	17.367	77.848
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60% DA RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB)	1.135.115	1.168.794
PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.816.024	1.931.350
% APLICADO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA X RECETA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB (MÍNIMO LEGAL - 60%)	95,99%	99,15%

FONTE: SIAC/SIGGo

6 DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 . Saúde e na função 28 . Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

É apresentado no quadro a seguir que em 2017 foi destinado às despesas com saúde o montante de R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a um superávit de R\$ 891,6 milhões,

ultrapassando com folga os percentuais mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000				Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2017/2016 (%)
	2016	2017		
I - RECEITA - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL - B.E	9.296.157	10.239.423		10,15
II - RECEITA - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL - B.M.	4.788.208	5.543.630		15,78
III - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12% DA B.E. + 15% DA B.M.)	1.833.770	2.060.275		12,35
IV - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.998.653	2.951.910		(1,56)
V - SUPERÁVIT - (IV - III)	1.164.883	891.635		

FONTE: SIAC/SIGGo

7 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Por meio dele, demonstra-se o grau de autonomia do Ente para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (incluídos os investimentos) e, ainda, gerar poupança para atender ao serviço da dívida. O Resultado Primário foi de R\$ 974,8 milhões negativos, superior à meta anual estabelecida na LDO/2017 (deficitária em R\$ 2,1 bilhão, Lei nº 5.776/16).

RESULTADO PRIMÁRIO					Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				VARIÇÃO NOMINAL 2017/2016 (%)
	PREVISÃO 2017	2017	2016		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	23.768.613	20.182.018	24.976.339		-19,20%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	877.651	340.750	322.205		5,76%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	24.646.264	20.522.768	25.298.544		-18,88%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	24.189.543	20.511.178	25.229.200		-18,70%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	3.649.940	986.407	755.529		30,56%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	27.839.484	21.497.585	25.984.729		-17,27%
RESERVA DE CONTINGENCIA	789.447				
RESULTADO PRIMÁRIO - (DÉFICIT)	(3.982.666)	(974.817)	(686.185)		42,06%
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	1.620.404	1.057.566	1.211.256		-12,69%

FONTE: SIAC/SIGGo

8 DÍVIDA PÚBLICA

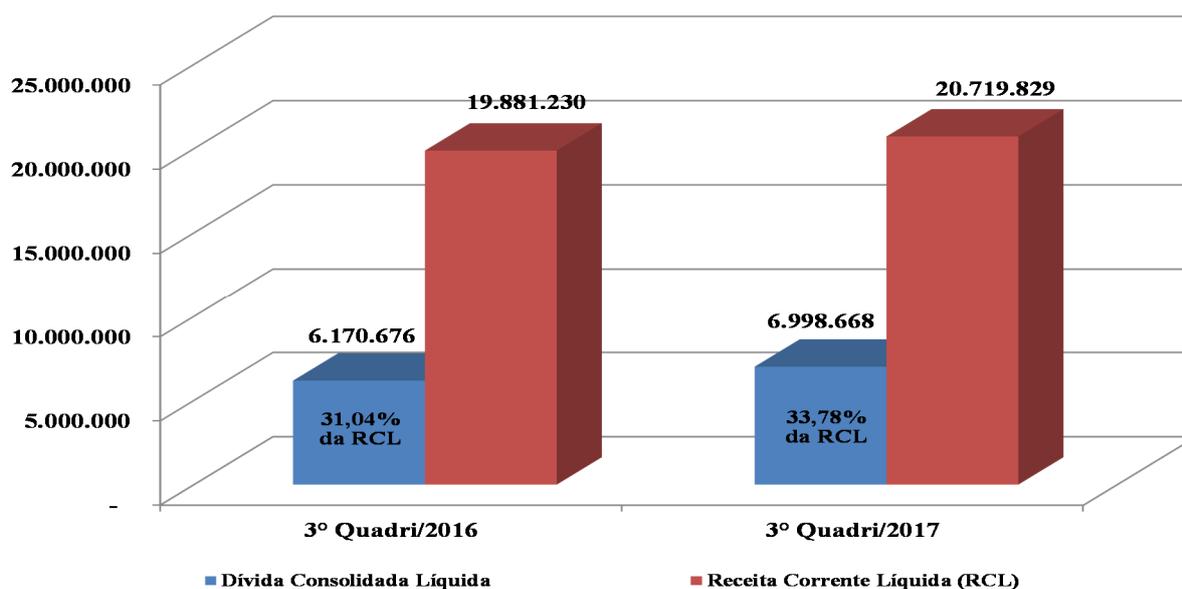
Ao final do 3º quadrimestre de 2017, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 7,8 bilhões, sendo R\$ 3,3 bilhões originários da dívida interna, R\$ 774 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de R\$ 3,8 bilhões.

A tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final do 3º quadrimestre de 2017, esta relação correspondeu a 33,78%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 200% sobre a RCL, indicando que o DF possui uma alta capacidade de endividamento.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		Em R\$ mil	
ESPECIFICAÇÃO	3º Quadri/2016	3º Quadri/2017	
DÍVIDA CONSOLIDADA BRUTA	7.281.735	7.843.031	
(-) DEDUÇÕES	1.111.059	844.363	
(=) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.170.676	6.998.668	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.881.230	20.719.829	
LIMITE DO SENADO FEDERAL (200% DA RCL)	39.762.460	41.439.658	
% SOBREA RCL	31,04%	33,78%	

FONTE: SIAC/SIGGO

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida no 3º quadrimestre de 2016, comparativamente ao 3º quadrimestre de 2017.



9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A tabela a seguir demonstra o ingresso das receitas com operações de crédito e mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das Operações de Crédito e a Receita Corrente Líquida, em cumprimento ao art. 55, inciso I, alínea ~~α~~ e inciso III, alínea ~~ε~~. Ao final do 3º quadrimestre de 2017, esta relação correspondeu a 2,50%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	517.215	2,50%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	20.719.829	
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.315.173	16,00%

FONTE: SIAC/SIGGo

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 3º quadrimestre de 2017, o Distrito Federal apresentou uma Receita Total realizada de R\$ 21,7 bilhões, contra uma Despesa Total liquidada de R\$ 22,0 bilhões.

Dentre as Receitas Correntes realizadas, destacamos a Receita Tributária com uma participação de 71,21%, seguida das Transferências Correntes com 9,58% do total. O ICMS, com 51,14% da Receita Tributária realizada, foi o imposto de maior arrecadação, e entre as Transferências Correntes destacamos os recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no montante total de R\$ 737,7 milhões.

Em relação às despesas empenhadas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais deteve 58,99% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 34,28%. A despesa com Pessoal, com o índice de 46,07% da Receita Corrente Líquida de R\$ 20,7 bilhões, ficou abaixo do limite legal prudencial estabelecido pela LRF de 46,55%.

Os limites referentes à Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Do ponto de vista do cumprimento dos indicadores de gestão fiscal, disciplinados pela LRF, a tabela a seguir apresenta um resumo comparativo dos valores da determinação legal e dos valores apurados, demonstrando os resultados do 3º quadrimestre de 2017.

LRF, art. 48 - Anexo VII

RESUMO DOS INDICADORES FISCAIS	3º QUADRIMESTRE/2017	
DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	R\$ mil	% da RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	9.545.437	46,07%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	10.152.716	49,00%
Limite Prudencial(§ único, art. 22 da LRF)	9.645.080	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ mil	% da RCL
Dívida Consolidada Líquida	6.998.668	33,78%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	41.439.658	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	R\$ mil	% da RCL
Total das Garantias	250.711	1,21%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.558.362	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ mil	% da RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	517.215	2,50%
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito Internas e Externas	3.315.173	16,00%
Operação de Crédito por Antecipação de Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito por Antecipação de Receita	1.450.388	7,00%
LIMITES DA EDUCAÇÃO	MÍNIMO	APURADO
MDE	25,00%	26,84%
FUNDEB	1.947.990	2.025.838
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	60,00%	99,15%
LIMITES DA SAÚDE	MÍNIMO	APURADO
Aplicação em ações de serviços públicos de saúde	2.060.275	2.951.910
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$20.719.829	

Fonte: RREO

Diante do exposto, os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais no 3º Quadrimestre do exercício de 2017.